

CDEN - EBRAS

PROPOSTA CDEN: REESTRUTURAÇÃO DA ELETROBRÁS:

Sistema Elétrico Nacional

O CDEN aprovou por unanimidade, proposta apresentada pela **Associação Brasileira dos Engenheiros Eletricistas – ABEE Nacional**, sobre a reestruturação do Grupo Eletrobrás, incluindo as Distribuidoras de Energia dos Estados de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.

Em 2017 o Governo Federal enviou para o Congresso Nacional Projeto de Lei visando a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, encontrando fortes resistências em diversas frentes. Como pano de fundo, está o *déficit* fiscal, sangria que não cessa. Antes, porém e ainda em 2017, o presidente da Holding, Wilson Ferreira Junior, em contundente documento direcionado aos empregados, solicitou apoio em busca de uma perspectiva clara de futuro sustentável: “A Eletrobrás merece que vençamos este jogo por ela”. Lembrou no mesmo documento, que foi o próprio Governo Federal, com a edição da MP 579 em 2012, quem retirou a maior parte das receitas do Grupo. Implantou planos de demissão incentivados, reduzindo o quadro de colaboradores. Alterou estruturas gerenciais com redução de 678 funções gratificadas. Implantou o Centro de Serviços Compartilhados, evitando execução em duplicidade de determinadas funções nas empresas do Grupo. Deu celeridade a um novo tipo de governança, priorizando o *compliance*, aderindo ao que melhor existe como referência na legislação internacional, em respeito aos acionistas da empresa, cujo capital é aberto, com ações nas Bolsas de São Paulo, Nova York e Madri.

Algum tempo depois e de forma inesperada, o presidente Wilson passa a fazer campanha pela venda dos ativos do Grupo, atendendo pedido do Governo que passou a pressionar sua estrutura para cumprimento de metas.

Os Engenheiros Eletricistas, através de sua Associação, a ABEE Nacional, decidiram patrocinar o debate objetivando formar uma opinião responsável sobre a importância do Grupo Eletrobrás.

Depois de levantar aspectos técnicos, econômicos, sociais e estratégicos entendeu por formular uma proposta que será, até fim de agosto de 2018, protocolada nos órgãos de regulação, controle e do setor, com o firme propósito de instaurar um debate público, amplo e transparente, buscando dar um novo norte a uma das maiores empresas do mundo, com uma matriz essencialmente hidrelétrica, portanto limpa e renovável, e com um sistema de transmissão que liga o País inteiro.

O documento completo reúne pareceres jurídicos que contesta a transferência de uma dívida de 19,2 bilhões de reais das Distribuidoras Federalizadas para a Holding. Também aborda a necessidade, como condição *sine qua non*, de blindar as empresas de qualquer exploração política, fortalecendo a legislação de proteção às estatais e normas de *compliance*.

Chama a atenção, o momento que vive a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que segundo seu presidente, pode chegar no fim de 2018 com 13 bilhões de reais sem serem compensados pelos agentes, face a crise hidrológica (GSF – Generation Scaling Factor) reinante e sem garantia física dos contratos registrados naquela importante Câmara, numa clara exposição do modelo atual do Setor Elétrico.

Há também a considerar, o Empréstimo compulsório no valor de 16 bilhões sob responsabilidade da Eletrobrás e judicializado através de duas ações, sob a alegação de que a união deve ser solidária porque contribuiu para o descontrole inflacionário da época.

Importante lembrar que a Empresa, em função da renovação onerosa das concessões, possui créditos relativos as indenizações dos ativos não amortizados na ordem de 38,8 bilhões de reais, a valores de setembro de 2017, com recebimentos previstos até 2025.

Alertamos para o fato de empresas como a Eletrosul, Furnas, Eletronorte e Chesf, serem cedentes de pares de fibras ópticas, cujo valor ultrapassa aos 10 bilhões de reais e que em nenhum momento foi considerado como um patrimônio.

No segmento de transmissão, o Grupo Eletrobrás controla 57 mil quilômetros de linhas, com um aperfeiçoado conjunto de torres de transmissão, subestações, transformadores e outros equipamentos elétricos complexos, que garantem a proteção e a transmissão com qualidade da energia que é entregue aos consumidores.

O centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento, o CEPEL, não pode ser desconsiderado no processo. Desde sua criação, tem sido um laboratório especializado de decisivos avanços para a definição do uso de novas tecnologias para o setor de geração e transmissão, sendo referência para outros países, contribuindo para a formação dos novos engenheiros no nosso País.

O Projeto de Lei apresentado pelo Governo sinaliza um debate superficial, descompromissado com o destino desse patrimônio estratégico e repleto de dúvidas sobre suas reais motivações.

A ANEEL responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia em nosso país, tem sido vítima de sucessivos cortes orçamentários, que a enfraquecem sobremaneira, impactando diretamente no expresso cumprimento de sua missão institucional.

Essa “gestão orçamentária”, certamente retirará da ANEEL as condições infraestruturais de lidar com um novo agente privado dotado de tamanho poder, como poderá vir a ser a Eletrobrás se privatizada.

Vivemos uma transição da matriz energética, nacional e mundial.. De um sistema hidro térmico da década de 90, para um sistema hidro renovável intermitente, onde o conceito das Usinas Térmicas, que firmavam a geração hídrica, evoluiu para as Usinas Hidrelétricas, com reservatórios, firmando a geração intermitente (eólica e fotovoltaica) e, portanto, adquirindo um outro valor dentro do futuro programa de operações.

Necessário se faz empreender estudos quanto ao comportamento dos ventos e atualização dos modelos de simulação concebidos para uma realidade em constante transformação.

Essa verdadeira revolução que se quer implantar no Sistema Elétrico nacional, expressa muito pouca racionalidade, uma carga técnica mínima e nenhum compromisso com o país, visto que não há nenhum projeto tecnicamente sustentado, que possa vir a dar guarida a todas essas alterações que o Governo quer impor à sociedade e aos agentes econômicos. Em igual medida, a discussão proposta é pífia, desprovida dos necessários e indispensáveis parâmetros técnicos, legais, políticos e sociais.

Na insuficiente visão do Governo, não há preocupação outra senão com relação a redução do *déficit* fiscal, mesmo a custa da dilapidação do patrimônio energético nacional. Trata-se de uma visão absolutamente irresponsável e incompatível com o interesse nacional.

Ma há ainda outra questão nefrágica a ser equacionada. É a relativa as distribuidoras federalizadas: Eletrobrás Distribuição Roraima (Boa Vista Energia), Eletrobrás Distribuição Amazonas (Amazonas Energia), Eletrobrás Distribuição Acre (Eletro Acre) e Eletrobrás Distribuição Rondônia (Ceron), que também estão incluídas no processo de concessão pelo prazo de 30 anos.

A ABEE Nacional, depois de uma dedicada análise das características regionais onde estão localizadas, partindo do entendimento de que reúnem condições muito singulares e que devem ter um tratamento diferenciado nas questões econômicas, social, de segurança nacional, visto fazerem fronteira com a Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, tem o firme entendimento de que a alteração pura e simples do controle acionário dessas empresas, tornará o território brasileiro vulnerável ao narcotráfico, contrabando de armas, exploração predatória da biodiversidade, riqueza maior da Região Amazônica, e apropriação ilegal de algumas jazidas de minérios nobres, a exemplo do nióbio, cujas reservas conhecidas no mundo dão conta que 98% desse mineral está em território brasileiro. Trata-se de fundamental e insuperável questão de segurança nacional.

A possibilidade concreta do cumprimento da missão institucional dessas empresas, no tocante a distribuição de energia, faz com que, concomitantemente, ajam como sentinelas das fronteiras do território nacional.

Estas distribuidoras estão numa região, que pelas suas características geográficas, dificilmente poderão vir a ser remuneradas pelo sistema atual de tarifação, podendo-se depreender disto, que qualquer interessado em adquirir o controle de tais empresas, o será não pela remuneração operacional a partir da comercialização da energia, mas sim por outros interesses.

O que se propõe como debate sério e conseqüente, é a criação de um sistema de gerenciamento e administração, comandada por três Ministérios: Ministério de Minas e Energia, Ministério da Defesa e Ministério do Meio Ambiente, sendo o comando à cargo do Ministério da Defesa, com orçamento independente do da Eletrobrás.

Prezados senhores, estas eram as ponderações que tínhamos a apresentar, pugnando pela aprovação das mesmas com os encaminhamentos institucionais de praxe.